

Emenda ainda provoca polêmica

A prefeitura de Ribeirão Preto, com uma arrecadação estimada em R\$ 124,306 milhões em 95, não terá como assumir as classes de 1^a a 8^a série (com cerca de 56 mil crianças) e manter a qualidade de ensino verificada hoje na pré-escola e no supletivo. Quem garante é o secretário de Educação, Osmar Sinelli, para quem o fundo representa um retrocesso em termos educacionais.

“O objetivo é arrancar dinheiro dos municípios”, critica.

“Hoje, aplicamos R\$ 1,2 mil por aluno ao ano em cada segmento mantido pela prefeitura”, informa. “Com o repasse do fundo, não será possível manter esse nível de atendimento porque estamos no limite do orçamento.” Sinelli disse que Ribeirão consegue hoje pagar dignamente seu professor, oferecer um ensino de qualidade, mesmo em classes especiais, supletivo, profissionalizante e educação de adultos. “O Estado abriu mão de todos esses cursos”, diz. Segundo o secretário, na atual

gestão, Ribeirão destinou sempre mais do que 25% de seu orçamento à educação. Com a vigência do fundo, deixará de ter retorno de aproximadamente R\$ 5 milhões.

A prefeitura de Santos municipalizou dez escolas estaduais no início do ano, por meio do programa de parcerias desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação. Mas não poderia

assumir em pouco tempo o restante, cerca de 21.500 alunos. “Seria dobrar nossa rede, que soma hoje 25.500 estudantes”, diz o secretário de Educação, Mauricio Homma. “Não daria para manter o mesmo nível de investimento per capita

HOMMA:
“HAVERÁ MAIOR
DISCUSSÃO DOS
GASTOS”

ta (R\$ 1,3 mil ao ano).”

Ele acredita que a municipalização poderá ocorrer a médio prazo e influir na melhoria da qualidade de ensino. O município não vai “perder” para o fundo porque a maior parte de sua arrecadação vem de receitas próprias. “O fundo vai propiciar maior discussão dos gastos com educação.”